

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO: CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANA CAROLINA DE ARAÚJO GOMES FREITAS

**POLÍTICAS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA E SEU IMPACTO NO CONSUMO
DAS FAMÍLIAS NA DÉCADA DE 2000**

CARUARU
2019

Ana Carolina de Araújo Gomes Freitas

**POLÍTICAS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA E SEU IMPACTO NO CONSUMO
DAS FAMÍLIAS NA DÉCADA DE 2000**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado em Economia.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins.

CARUARU
2019

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier - CRB/4 - 1242

F866p Freitas, Ana Carolina de Araújo Gomes.
Políticas de redistribuição de renda e seu impacto no consumo das famílias na década de 2000. / Ana Carolina de Araújo Gomes Freitas. – 2019.
44 f. il. : 30 cm.

Orientador: André Luiz de Miranda Martins.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2019.
Inclui Referências.

1. Consumo. 2. Políticas públicas. 3. Classe média - Brasil. 4. Distribuição de renda - Brasil. I. Martins, André Luiz de Miranda (Orientador). II. Título.

CDD 330 (23. ed.) UFPE (CAA 2019-145)

ANA CAROLINA DE ARAÚJO GOMES FREITAS

**POLÍTICAS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA E SEU IMPACTO NO CONSUMO
DAS FAMÍLIAS NA DÉCADA DE 2000**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharelado em Economia.

Aprovada em: 27/06/2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.º Dr.º André Luiz de Miranda Martins
(Orientador)
Núcleo de Gestão
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste

Prof.º Dr.º Glaudionor Gomes Barbosa
(Examinador Interno)
Núcleo de Gestão
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste

Prof.^a Camila Nadedja Teixeira Barbosa
(Examinadora Externa)
Mestranda - PGH
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus por todas as graças que ele tem derramado em minha vida, por ter me escolhido em meio a tantas pessoas e me feito acreditar que sou sim capaz de tudo que às vezes não acredito ser, ainda sou grata por todas as oportunidades que me deu ao longo de minha vida. Agradeço a Maria Santíssima, e busco com exemplo do sim dela, fazer tudo da melhor maneira que deva ser feito, colocando sempre Deus em primeiro lugar, como meu guia em todos os momentos sejam eles felizes ou não.

Agradeço a minha mãe Gilvaneide, que sempre acreditou na minha capacidade e me fez sempre buscar o melhor para mim, por me mostrar que o melhor caminho pode vir de através da busca constante pelo conhecimento, por sempre me dar além do que estava ao seu alcance, afinal o sentimento de uma mãe por seu filho é algo inexplicável, o inverso também é válido, obrigado por todas as suas orações para que eu sempre de fato conseguisse aquela nota esperada, saiba que valeu a pena todos os seus pedidos em oração. Ao meu esposo Edvaldo, que me ajudou, que teve paciência de me aguentar em dias de prova, que muitas vezes eram estressantes, mas ele sempre acreditou em mim e me dizia que minhas notas seriam sempre as melhores apesar de tudo não precisaria me aperrear, pois ele me mostrava que eu sabia o que era preciso saber.

Ainda gostaria de agradecer aos amigos que a UFPE me deu, amigos os quais levarei para além das paredes da UFPE, amigos que em tantas horas mostraram-me de maneira mais simples assuntos os quais eu não conseguia compreender com a mesma facilidade que eles. A Joyce, Lucas, Getúlio, lhes agradeço por todos os conhecimentos que compartilhamos juntos, por todos os momentos de descontração, e novas descobertas. Obrigado por cada um dos colegas os quais todas as noites compartilhavam viagem de minha cidade à UFPE de modo descontraído, tirando um pouco do peso que a Universidade traz a cada dia intenso de aula.

Por fim, mas não menos importantes, agradeço a todos os professores que foram de total importância para que eu chegasse onde cheguei, sempre agregando mais conhecimento durante todo o curso, em especial meu orientador André Martins pela dedicação, paciência e contribuição neste trabalho. A todos saibam que lhes sou muito grata por tudo.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é compreender como variou o consumo das famílias frente as políticas de redistribuição de renda, que foram implementadas por ambos os governos na década de 2000. O trabalho deu-se através análises das políticas adotadas, das quais quase sempre esperavam reduzir a concentração de renda, observando como se comportou o poder de compra das famílias no decorrer desses anos. Com isso, buscamos entender o processo migratório de classes, dando origem ao termo “nova classe média”, pois na década de 2000 houve um grande fluxo de pessoas/famílias que diante as políticas redistributivas passaram a compor a classe C. Com mais renda a nova classe média fomentou o mercado, aquecendo o consumo e melhorando o cenário econômico como um todo no Brasil, foi possível observar que o consumo da classe C, elevou-se em bens considerados duráveis e diversificando sua cesta básica de consumo, sendo possível crescer novos itens, dos quais não havia possibilidade de serem consumidos antes. Para o desenvolvimento do presente trabalho, foram utilizadas pesquisas bibliográficas e análise de dados, afim de entender como os dados se portaram entre o período abordado, buscando contrapor os períodos de cada governante e suas políticas para redução da desigualdade social. Observou-se a peça chave nas políticas redistributivas foi a valorização do salário mínimo, não desconsiderando as demais adotadas em todo o período, além disso notou-se que apesar da melhora na renda as famílias, ao consumir elas não consideram itens com o menor preço, mas sim o custo-benefício, tendo em vista o consumo futuro.

Palavras-chave: Consumo. Classe C. Políticas Redistributivas.

ABSTRACT

The objective of this study is to understand how household consumption varied in the face of the income redistribution policies implemented by both governments in the decade of 2000. The work was done through analyzes of the adopted policies, of which they almost always expected to reduce the concentration of income, observing how the purchasing power of families has behaved over the years. With this, we seek to understand the migratory class process, giving rise to the term "new middle class", because in the decade of 2000 there was a great flow of people / families that in front of the redistributive policies happened to comprise to class C. With more income, the new middle class encouraged the market, heating consumption and improving the economic scenario as a whole in Brazil, it was possible to observe that consumption of class C increased in durable goods and diversified its consumption basket, being possible to add new items, of which there was no possibility of being consumed before. For the development of the present study, bibliographical research and data analysis were used in order to understand how the data were carried out between the periods covered, seeking to counter the periods of each ruler and its policies to reduce social inequality. It was observed that the key part in the redistributive policies was the valorization of the minimum wage, not disregarding the others adopted throughout the period, besides it was noticed that despite the improvement in income the families, when consuming they do not consider items with the lowest price , but rather cost-effective, in view of future consumption.

Keywords: Consumption. Class C. Redistributive Policies.

LISTA DE TABELAS

| | | |
|------------|---|----|
| Tabela 1 – | Renda média mensal <i>per capita</i> das famílias beneficiadas com o Bolsa Família (no ano de 2010) | 27 |
| Tabela 2 – | Taxa anual média de juros por modalidade de crédito (valores em %) | 31 |
| Tabela 3 – | Evolução do índice de peso no consumo final das famílias, por setor (valores em %) | 39 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|-------------|--|----|
| Gráfico 1 – | Nova Classe Média (% população) | 11 |
| Gráfico 2 – | Salário Mínimo entre 2000-2010 (valores correntes) | 17 |
| Gráfico 3 – | Quantidade de Cestas Básicas Adquiridas Com o Salário Mínimo (2000-2010) | 24 |
| Gráfico 4 – | Famílias beneficiadas com o Bolsa Família (em milhões) | 26 |
| Gráfico 5 – | Despesas governamentais com o programa Bolsa Família (em bilhões de R\$, valores correntes) | 28 |
| Gráfico 6 – | Endividamento das famílias (período entre 2005-2010; em %) | 31 |
| Gráfico 7 – | Operações de crédito do sistema financeiro - Total - Pessoas físicas e jurídicas (em milhões) | 32 |
| Gráfico 8 – | Operações de crédito do sistema financeiro - Recursos direcionados para habitação e rural (em milhões) | 33 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 | O CONCEITO DE CLASSE SOCIAL PARA A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE ANTE A DÉCADA DE 2000: OS ACONTECIMENTOS BRASILEIROS | 13 |
| 3 | AS POLITICAS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA ENTRE 2000 E 2010 | 20 |
| 3.1 | TRAJETÓRIA DO SALÁRIO MÍNIMO NA DÉCADA DE 2000 | 22 |
| 3.2 | DO BOLSA ESCOLA AO BOLSA FAMÍLIA | 24 |
| 3.3 | CONCESSÕES DE CRÉDITO | 28 |
| 4 | IMPACTOS DAS POLITICAS DE RENDA NO CONSUMO E NA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: A "NOVA CLASSE MÉDIA" | 35 |
| 4.1 | CONSUMO DAS FAMÍLIAS DA “NOVA CLASSE MÉDIA” AO LONGO DA DÉCADA DE 2000 | 37 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 40 |
| | REFERÊNCIAS | 41 |

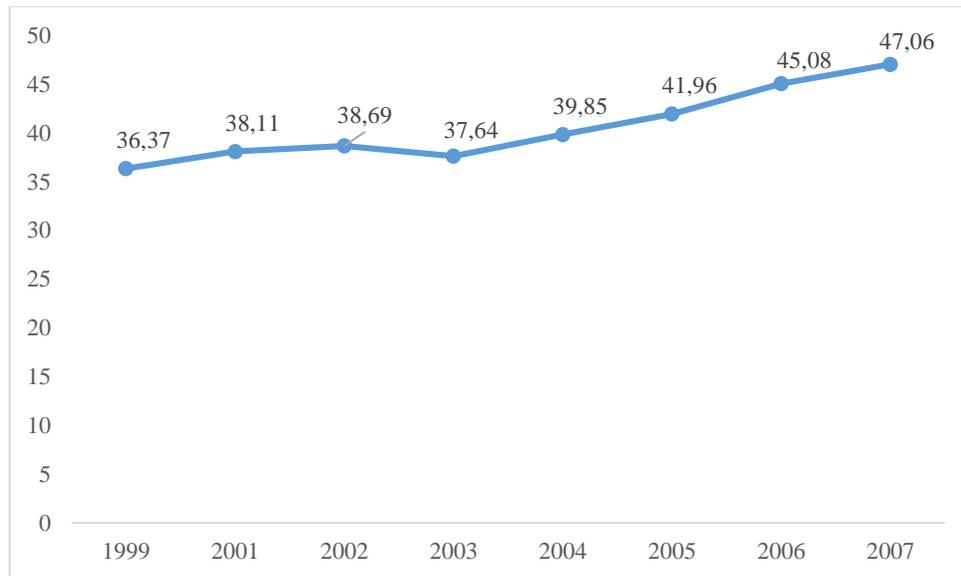
1 INTRODUÇÃO

As políticas de redistribuição de renda – [entre elas, concessões de crédito, aumentos salariais, bolsa escola/família] –, têm por objetivo a redução das desigualdades sócio econômicas. Tal objetivo adquire certa dramaticidade em um país que apresenta altos níveis de desigualdade como o Brasil, que na década de 2000 talvez esteve entre os maiores do mundo. Quando comparado, por exemplo com países vizinhos, tais como, Argentina e/ou México, isto considerando o Índice de Gini, ambos variavam entre 0,52 e 0,57, enquanto o Brasil apresentava um índice de 0,59 e estava então, na 120ª posição num ranking de 127 países (PNUD, 2004).

Quando se examinam as políticas econômicas e sociais conduzidas ao longo dos dois mandatos do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), percebe-se não apenas o fato de haver uma maior ênfase dada às políticas de renda, como também a sua efetividade. Podendo também considerar a efetividade na garantia de direitos para trabalhadores, aumento do crédito para empresas e ainda beneficiamento dos programas federais (MACAMBIRA e CARLEIAL, 2009).

É possível observar que a partir do ano de 2003, houve uma elevação nos níveis de renda das famílias, isto ao considerar os aumentos salariais, com isso a renda nominal bem como a renda real das famílias elevou-se, melhorando os níveis de consumo desde os anos iniciais do governo Lula. Verificou-se ainda, uma redução progressiva no nível de pobreza e mesmo que os programas sociais do governo não tenham sido considerados de total importância para essa redução, eles tiveram sim a sua importância e participação muito relevante na sustentação da renda das famílias. Credite-se, porém, ao crescimento da renda do trabalho formal o estímulo mais forte do mercado, em um círculo virtuoso de renda e geração de empregos.

A migração de classes se processou por todo o período dos dois mandatos do Governo Lula (2003-2010), nesse período a denominada “classe C”, foi a que ganhou um maior número de indivíduos de acordo com dados do IBGE, em 1999 36,37% de indivíduos compunham esta classe, mas em 2007 essa porcentagem chegou a 47,06%. Essa foi a classe que mais aqueceu a economia bem como manteve-a, isto considerando as altas no consumo familiar. Abaixo é possível ver as porcentagens de pessoas que migraram para essa “nova classe média” nos anos 1999 à 2007, que abrange o final do governo de Fernando Henrique Cardoso e o primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, através de dados do IBGE.

Gráfico 1 – Nova Classe Média (% população)

Fonte: Dados do IBGE. Elaboração própria.

Com isso o objetivo aqui é compreendermos como o consumo das famílias variou de acordo com as políticas de redistribuição de renda, que foram implementadas por ambos os governos na década de 2000, período que abrangeu o final do segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e os dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Fazendo isto através de análises das políticas adotadas, das quais quase sempre esperavam reduzir a concentração de renda, observando como se comportou o poder de compra das famílias no decorrer desses anos, dando uma maior ênfase às melhorias no consumo ao longo dos anos, considerando ainda a redução do nível de pobreza através das políticas de renda, em especial as elevações do salário mínimo como fonte de estímulo a melhores níveis de consumo e bem-estar.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, foram utilizadas pesquisas bibliográficas e análise de dados, além de estudo de caso. A pesquisa bibliográfica tomou por base livros, os quais abordavam as políticas de renda para a época, bem como a utilização de artigos científicos, os quais descreviam o comportamento dos indivíduos após a implementação das políticas de cada governante para o período em questão. O estudo de caso se deu após a análise de dados em fontes estatísticas tais como o Índice de Gini, dados obtidos a partir do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Banco Central do Brasil (BCB), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e também do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como por exemplo, Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e a Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios (PNAD), afim de descrever como foi o desenrolar dos dados entre ambas as partes, contrapondo os períodos de cada governante.

O presente trabalho está dividido em três capítulos além desta introdução. No primeiro capítulo, fala sobre o conceito de classe social, partindo do modo filosófico ao ponto de vista econômico, e como essa estratificação social é importante para a formação da sociedade ante a década de 2000, mostrando isso através de alguns acontecimentos brasileiros. Em seguida trata de algumas das políticas de redistribuição de renda implementadas entre 2000 e 2010. E por último busca mostrar os impactos das políticas de renda no consumo das famílias que migraram para a "nova classe média".

2 O CONCEITO DE CLASSE SOCIAL PARA A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE ANTE A DÉCADA DE 2000: OS ACONTECIMENTOS BRASILEIROS

Karl Marx (1818-1883) já definia a sociedade como uma divisão de classes, onde a partir disso, vê-se que já havia essa divisão em todas as sociedades, com isso entende-se que desde então já existia um grupo o qual dominava, bem como um grupo que era dominado. Ainda de acordo com Marx, essa divisão de classes não é algo proveniente apenas do pensamento, ou de ideias de sociólogos ou mesmo de economistas, ela nada mais é do que algo existente em nossa realidade material a qual impacta diretamente frente ao modo de se comportar dos agentes.

Marx faz uma distinção entre classe para si e classe em si, onde o primeiro trata-se de um grupo que sempre tem objetivos em comum, ou seja, almejam sempre as mesmas coisas tanto positiva quanto negativamente buscando sempre alcançar os interesses em comum para a classe, com isso em conjunto é mais fácil reivindicar os interesses da classe, criando assim sua identidade. Já a classe em si, diz respeito a concorrência o processo de produção, e ela não tem a mesma consciência de poder, isso quando se remete a luta em conjunto, no que se compara a classe para si.

Com isso, ele define que as classes sociais de duas maneiras: os capitalistas e os proletariados, considera para tanto a luta de classes como um motor percussor da história, para tanto existem três critérios para fazer-se essa divisão de classes sociais: domínio de um meio de produção, consciência de classe, luta de classes.

Já na visão de Max Weber (1864-1920) essa estratificação de classes sociais se dá também por meio de alguns valores sociais além da riqueza, tais como a educação e o prestígio, ele ainda diz que a sociedade pode ser dividida entre em partidos, estamentos ou mesmo classes. Com isso, Weber, trata as classes como um meio de estratificação social, onde os indivíduos passam a ser agrupados conforme características em comum que apresentem, podendo por exemplo, dividir os indivíduos entre: homem e mulher; ricos e pobres; católicos e protestantes.

Partindo das premissas de Weber, é difícil fazer com que a sociedade se mantenha em estratos sociais, quando o que se está em jogo é o poder, pois para haver a dominação de uma classe, onde para isto consideramos que o poder vai ser exercido sob muitos indivíduos, sendo que, apenas alguns são os detentores desse poder, já os demais apenas suportam o que lhes é imposto. Com isso há dificuldade para que este recurso seja igualmente distribuído entre todos os indivíduos, com isso há desigualdade dentre os cidadãos, tendo em vista que poucos detém o poder. Contudo percebe-se que há uma relação proporcional entre classes e poder, pois

levando em conta o conceito de poder, isto na maneira mais simples, nota-se compõe a estrutura base das desigualdades sociais.

Ainda de acordo com Weber, o fato de as pessoas julgarem umas às outras a partir de valores, isto se referindo-se a poder aquisitivo, já as classificam mediante suas classes correspondentes, contudo ainda pode-se considerar a dependência de três fatores, para essa divisão de classes, que são: riqueza, poder e prestígio; os quais tornam-se elementos essenciais para firmar o que se entende por desigualdade social.

Usualmente o conceito de classe social que trabalham os economistas é a classe como estrato de renda, sendo assim partindo de um entendimento econômico, entende-se que essa divisão de classes se dá como uma separação das famílias feita em especial, a partir da soma de sua renda mensal. De acordo com um estudo feito por Silva, Scherer e Porsse (2013) a divisão de classes se dá entre A, B, C, D e E, onde para o período abordado neste referido trabalho essa renda a qual era responsável por classificar as famílias variava entre valores acima de R\$ 9.745,00 à 0,00. Porém na nossa realidade o que possibilitou a migração de classes foi a elevação a renda das famílias, que pode-se observar melhor a partir do ano de 2002.

O Plano Real causou uma falsa ilusão por riqueza, apesar de ter sido um plano que de certa maneira deu certo, pois houve a estabilização de preços, entretanto a pobreza agravou-se, elevando ainda mais as desigualdades econômicas-sociais.

O Plano Real surgiu com o intuito estabilizar a inflação, a qual nos anos que antecederam a implementação do plano o Brasil passava por períodos constantes de hiperinflação, tal fato deu-se após várias tentativas de estabilização, essas tentativas frustradas baseavam-se no congelamento de preços, e por sua vez tenderam ao fracasso, gerando índices de inflação superiores a 1000% ao ano, com a indexação do Real a URV, foi possível controlar bem como trazer estabilidade a aos índices de inflação que tanto afligiam e impactavam no consumo das famílias. Tal implementação se deu em três fases, tendo início ao final do ano de 1993 e implementação de fato no primeiro semestre de 1994, deve-se parte do sucesso do Plano à FHC, que neste período era ministro da fazenda, sendo depois presidente da República por dois mandatos consecutivos e buscou garantir maior estabilidade para o plano.

Com o objetivo de tornar cada vez mais eficaz o programa de fortalecimento da economia, isto levando em conta a história do Brasil, o Plano Real tentou buscar isso através de um conjunto de medidas, podendo destacar as privatizações de alguns setores estatais, há ainda o surgimento de agências reguladoras. Estabeleceu-se ainda neste período, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que veio como meio de sanar as dívidas dos Estados para com o Governo Federal, com isso, houve a liquidação ou venda da maioria dos bancos estaduais foi

partir daí que grande parte dos bancos regionais faliram ou foram extintos, pois eles nada mais eram do que fonte de manter e elevar a dívidas dos estados, a exemplo pode-se citar o Bandepe, Banerj, Banespa, dentre outros, houve ainda uma tentativa de acordo quanto a dívida pública bem como maior abertura comercial isto considerando o exterior.

Entretanto, um dos meios adotados para implementar bem como manter o Plano Real, foi elevar alguns impostos afim de passar confiança e mostrar resultados positivos frente ao desenvolvimento econômico do país, há quem considere que essa elevação nos impostos pode-se inferir na atual situação do país. Se considerarmos que o Plano Real incorreu na elevação do imposto de renda sobre lucros reinvestidos nas pequenas e médias empresas, fato tido como erro, pois se era esperado que o Brasil uma tendência de crescimento após o Real, as empresas iriam precisar de mais capital, afim de financiar o crescimento esperado. O imposto de renda sobre lucros, foi apenas um dos impostos que tiveram acréscimos frente a implementação de uma nova moeda para o país e que num longo prazo se bem avaliados foram prejudiciais ao desenvolvimento do Brasil, mas essenciais a implementação do Plano Real.

Sendo assim, houve a indução no aumento das taxas de juros que por tabela ocasionaria na redução da inflação frente a implantação do Plano, com a inflação sob controle, esperava-se a elevação no consumo, pois a população estava “ampliando” seu poder aquisitivo, daí cresce o consumo bem como a produção de bens e serviços, no entanto, com o passar dos anos ocorreram algumas crises econômicas, em especial as crises externas, as quais obrigaram o governo a elevar a taxa básica de juros com o intuito de preservar o capitais estrangeiros buscando evitar sua saída, tal fato decorreu numa elevação do endividamento público. Portanto, os problemas do Plano Real começaram a aparecer no longo prazo, considerando que no curto prazo tudo ocorreu conforme o esperado, causando um leve aquecimento no consumo inclusive. Entretanto, com o passar dos anos a conta por algumas decisões mal tomadas chegou de modo a impactar na elevação da pobreza, bem como disparidade de renda da população.

Em 2003, é possível observar que houve melhorias, através de um governo que tinha como uma de suas prioridades o combate à pobreza e a miséria, por meio de uma melhor distribuição da renda. Com isso, foi possível notar que através das propostas desse novo governo que buscava ascender economicamente os que menos detinham renda, isso traria então melhorias no consumo das famílias. Entretanto, as políticas adotadas no governo Lula se deram com sua maior efetividade a partir de 2004, sendo assim possível verificar os impactos na renda familiar x consumo das famílias.

Ao considerar o fim do governo de FHC e os dois mandatos do presidente Luiz Inácio, é notável que nos mandatos de Lula objetivou-se com maior ênfase as políticas de redistribuição

de renda, onde é possível notar que começou a surtir efeito ainda em 2004, aproximadamente. Isto se deu por meio do crescimento/valorização do salário mínimo, que por sua vez elevou a renda das famílias, possibilitando uma maior migração de indivíduos para a classe C, bem como para a classe D agregada. Foi através da política de valorização do salário mínimo, que o aquecimento da economia aconteceu, isto devido à classe C, que foi a classe que mais elevou seu consumo, isso tanto em bens considerados como comuns, como bens de luxo, tal classe foi ainda a que recebeu maior número migratório de famílias. Isto quase aconteceu quando houve a implementação do Plano Real, onde os preços ficaram estáveis, entretanto, desde sua implementação em 1994, foi possível observar no ano de 1996, a linha de pobreza aumentou, isto considerando a renda real dos brasileiros, sendo assim o Plano Real não passou de uma ilusão por riqueza, onde em resumo os indivíduos consideraram apenas o valor nominal da moeda, confundido esse valor com o valor real.

A estabilidade da moeda traria uma perda líquida e certa para as finanças e consistia na redução dos ganhos advindos da depreciação das despesas. [...] um dos impactos mais significativos do programa foi a apreciação do câmbio visível na evolução da relação câmbios/salários e na taxa de câmbio. Essa valorização cambial já vinha da fase da URV. A aceleração da inflação decorrente da introdução dessa última implicava em uma defasagem entre os índices de preços usados para corrigir a URV e a inflação real. Dito de outra maneira, o poder de compra de uma URV, medido por uma canastra ampla de bens, se reduziu. Como o câmbio estava colado na URV, pode-se deduzir que o seu poder de compra também diminuiu. (CARNEIRO,2002, p.365; 372)

Com as políticas adotadas ao longo de 2003-2010, foi notável a melhoria no consumo das famílias, a implementação de programas econômicos trouxe a melhoria para vários índices, podendo destacar inflação e desemprego. Para o período pode-se considerar como fomento ao consumo o aumento na oferta de crédito, valorização do salário mínimo (isto se deu junto as lutas sindicais), bem como a unificação e melhorias no bolsa família, pois ligando-o a um único ministério possibilitou abranger mais famílias. Tais meios se davam por via políticas, que visavam reduzir a pobreza, dando destaque à todas as políticas adotadas nos dois mandatos do ex-presidente Lula, observando que houve muito mais indivíduos migrando para a classe C, não apenas a C, mas o foco se dá nela pois foi a classe que mais recebeu indivíduos na década compreendida nesse trabalho, do que em todo o período do ex-presidente FHC.

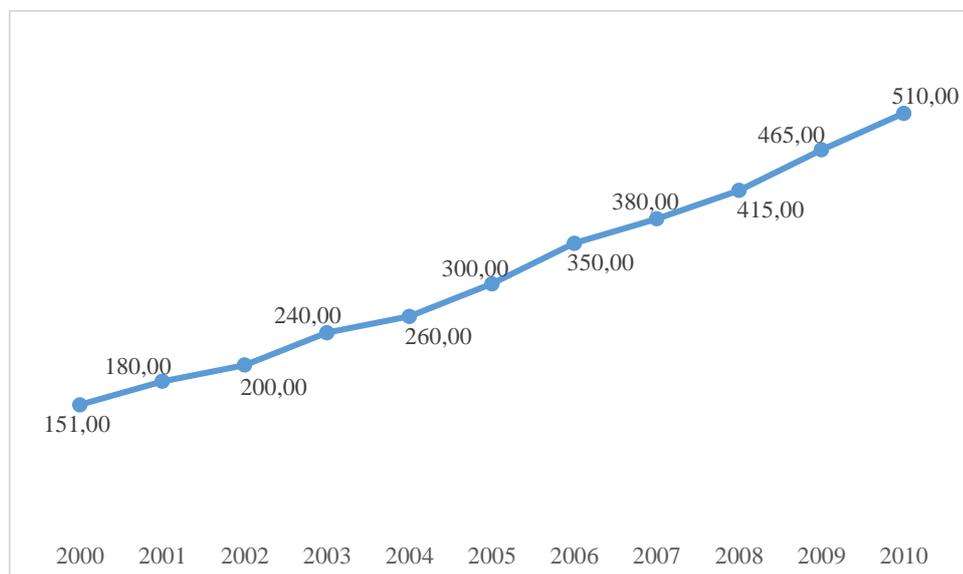
Considerando a oferta de crédito, isso levando-se em conta os governos de Lula houve uma maior oferta de crédito, com o intuito de movimentar o comércio, por meio do aumento da oferta por emprego, considerando que maiores salários ocasionam numa elevação no consumo,

entretanto, é possível observar que entre os anos de 2001 à 2004 o índice de inadimplência reduziu-se, mas com mais crédito na “praça” no ano de 2005 este índice voltou a elevar-se, devido ao consumo desnecessário, ou a falta de educação financeira por parte das pessoas. Ainda, é possível afirmar que devido as políticas adotadas para a melhoria e ascensão da nova classe média, a crise de 2008/2009 de início não gerou impactos no Brasil, pois devido ao estímulo no consumo o mesmo na época se manteve estável.

Portanto, grande parte das melhorias, bem como a grande migração de indivíduos para a classe C deve-se à valorização do salário mínimo, que em 2004 tornou-se efetiva devido a uma marcha com o intuito de fixar os reajustes anuais para o salário. A valorização salarial pode ser uma justificativa de política redistributiva de renda, que funcionou como meio anticíclico frente a crise internacional de 2008, tal política foi portanto um meio de produzir efeitos compensatórios diante os desequilíbrios econômicos enfrentados na época.

Ao se levar em conta a elevação do salário mínimo e sua valorização é possível observar no gráfico abaixo tal fato, pois considerando os mandatos dos dois ex-presidentes é possível afirmar que no período Lula (2003- 2011) o salário passou por um aumento médio anual 2,6 vezes maior se considerado ao governo FHC, entretanto, se considerar o salário real ao invés de chegar-se no valor de 2,6, o aumento médio anual sobe para 3,5 vezes, estas médias se deram com base no estudo de Patriota (2011). No gráfico abaixo é possível ver que a curva que representa o salário mínimo é quase que uma reta ascendente, sendo possível ver que a variação de fato foi alta, com isso é possível atribuir à valorização salarial as melhorias constantes que se deram no consumo das famílias.

Gráfico 2 – Salário Mínimo entre 2000-2010 (valores correntes)



Fonte: Dados do IBGE. Elaboração própria.

Quanto à adoção de políticas de redistribuição de renda que mais se destacaram pode-se citar o Bolsa Família, a valorização do salário mínimo e também dá para considerar uma maior facilidade na obtenção de crédito pessoal. Apesar de o Bolsa Família já existir, ou ser uma criação do governo de FHC, no período Lula houve a unificação do benefício a um só ministério. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a partir da unificação, estima-se que tal fato possibilitou que cerca de 36 milhões de famílias saíssem da condição de extrema pobreza, que de acordo com as linhas de renda *per capita* definidas do Programa Bolsa Família a pobreza extrema limita-se à R\$70,00 por pessoa, entretanto, o Banco Mundial dá outra linha de renda *per capita* para um indivíduo se encaixar nessa condição, sendo assim o indivíduo deve ter uma renda equivalente ou menor a US\$ 1,00 por dia (para outras moedas considera-se a paridade do poder de compra), para ser enquadrado na pobreza extrema.

Aumentou também a concessão de crédito, bem como com o passar de alguns anos elevou-se a inadimplência, pode-se entender isso como uma espécie de deseducação financeira, ou seja, mais que a política de concessão de crédito, foi o comportamento individual que pôs a perder, o próprio poder de compra de certo modo. Sendo assim, pode-se ainda atribuir o endividamento a permanente prática de juros altos, que estimula muitas vezes o consumo por meio de preços atraentes, e várias parcelas as quais os juros estão embutidos, atraindo as pessoas a consumir bens dos quais tinham que pagar baixas parcelas com elevadas cargas de juros, observando que existe sim uma tendência a qual as pessoas desenvolvem um consumo inconsciente, fazendo-as pensar na moeda apenas em termos nominais, ao invés de termos reais

Mas a enorme diferença na vida dos consumidores, que de certo modo impactou mais o consumo e a migração de classes, foi o salário mínimo, onde observou-se que a massa salarial em todo o período FHC passou por baixas variações, os aumentos eram abaixo da inflação, com isso havia cada vez mais perda do poder de compra, mesmo considerando os baixos preços da época. A partir deste contexto, é possível notar que elevou-se ainda mais a disparidade econômica em todo o país, e a concentração de renda se matinha de modo muito desigual, ou seja, havia uma concentração de renda, onde os ricos mantinham suas riquezas e os pobres mantinham-se cada vez mais pobres.

Porém ao considerar o intervalo entre 2003 e 2010 houve um crescimento no rendimento médio real de 4,9%, com a redução do nível de desemprego que passou de 11,7% a 6,7%, levando em conta o intervalo acima citado, ainda nesse mesmo período a massa real de salários cresceu algo em torno de 30% (FECOMÉRCIO-SP, 2012). Considerando que houve ainda, uma

política de proteção salarial a qual protegia os salários e estimulava o aumento de acordo com a inflação, e tal política tornou-se efetiva apenas no governo do presidente Luiz Inácio, junto há alguns sindicatos.

3 AS POLITICAS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA ENTRE 2000 E 2010

Partindo do índice de Gini, que mede a concentração de renda, pode-se observar que o Brasil possuía uma alta disparidade de renda, a qual foi tendo redução na década de 2000, mais precisamente em 2001 observa-se que o índice era de 0,61 e em 2009 passou a ser de 0,539, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012). Um fato que pode-se atribuir a redução no percentual do índice de Gini, o qual em 2000 encontrava-se de certo modo estagnado há 30 anos, foi uma valorização no salário mínimo, elevando assim a renda real das famílias.

Barros *et al* (2006), mostra que ao levar-se em conta famílias compostas em sua maioria por adultos, num período de 2001-2004, a política econômica a qual visava a valorização salarial possibilitou uma redução de 7% na desigualdade de renda total do índice de Gini para a época em questão, ele ainda afirma que essa categoria analisada aumentou em 2% aproximadamente. Ao fazer-se um comparativo entre regiões, o Nordeste elevou sua renda em 72,8%, em contrapartida o Sudeste elevou sua renda em 45,8%, ainda levando em conta os mesmos percentuais acima citados o IPEIA (2012) afirma que 85,5% do crescimento da renda, o qual ocasionou numa queda na disparidade de renda, se deu nas áreas rurais pobres sendo oposto as metrópoles que tiveram um crescimento de 40,5% e as demais cidades somadas elevaram sua renda em 57,5%.

Pode-se também considerar como um redutor na desigualdade de renda, um aumento na oferta crédito comercial afim de fomentar a economia, esse aumento no crédito ocasionou um desencadeamento de outros efeitos, considerando que a produção se elevará frente a alta no crédito, este por sua vez ocasionará uma provável maior oferta de emprego. Ao levar em conta as elevações salariais no período de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, pode-se observar a redução da desigualdade, se neste caso considerarmos apenas o salário, a princípio observa-se que foi um grande diferencial para famílias que eram consideradas de classe baixa, as elevações salariais possibilitaram as classes baixas elevações no seu consumo.

Por fim, a decomposição da redução da concentração de renda, a qual se mostrou mais efetiva no período dos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, devido a implementação de estímulos sociais, os quais buscavam favorecer famílias de classe baixa ou em situação de pobreza, o IPEA (2012) mostra que isso elevou a renda das mesmas por meio do Trabalho em 58%, Previdência em 19%, Bolsa Família em 13%, Benefício de Prestação Continuada (BCP) 4% e outras rendas em 6%, das quais pode-se considerar o rendimento com aluguéis ou juros.

As políticas de redistribuição de renda independente dos governos, visam reduzir a disparidade na renda, ocasionando num maior equilíbrio econômico, sendo algo mais justo portanto. O governo busca fazê-las por meio da intervenção em preços e até mesmo salários, com intuito também de estabilizar a inflação, para que não impacte fortemente nos trabalhadores. Sabendo-se que a implementação do plano real, trouxe uma utopia por riqueza, considerando que o real estabilizou a inflação e estava valorizado, entretanto de acordo com Teixeira e Pinto (2012), Fernando Henrique Cardoso (FHC) apenas visou abertura comercial e financeira, podendo citar também as privatizações e reformas pró-mercado, das quais eliminaram a capacidade de planejamento intervenção do Estado na atividade econômica, considerando também condução ortodoxa da política econômica, onde havia os juros altos e a contenção de gastos correntes.

Segundo Neri (2007), FHC apenas proporcionou a estabilização da moeda, já Lula manteve a moeda de maneira estável e por meio melhorias nos programas sociais iniciados por seu antecessor, redistribuiu a moeda estabilizada. Apesar de Lula ter estimulado o crescimento do Bolsa Família tanto em número de famílias, quanto em termos de valores, foi Fernando Henrique que idealizou alguns programas que objetivaram reduzir um pouco da miséria existente, através da distribuição de renda por meio de programas, tais como Bolsa Escola e Vale Gás, sendo os mais conhecidos. Já Marques (2008), afirma que os programas de transferência de renda idealizados por FHC apesar de iniciantes, estavam vinculados a diversos ministérios, com isso não considerava-se uma ação centralizada pelo governo federal, tornando-os deficitários, mas a partir do governo Lula ocorreu a unificação de todos esses programas, originando o Bolsa Família, entretanto não deve-se confundir com os programas de FHC, pois em termos de cobertura e de benefícios concedidos pelo Bolsa Família, não há comparativos a serem feitos, com isso confirma-se que ocorreu um maior reconhecimento a partir do governo Lula da redistribuição de renda.

Além da redistribuição de renda via programas, no período Lula pode-se citar a política de valorização do salário mínimo, a qual passou por reajustes do poder aquisitivo em relação ao piso nacional. Souen (2012) afirma que, mesmo considerando que em 2003 no primeiro mandato de Lula havia um cenário econômico um pouco conturbado, pois contava-se com instabilidade cambial, inflação tendendo a aumento, e a dívida pública em alta quando se comparada em relação com o PIB, isso por conta da desvalorização do Real, vigente desde 1993, o apoio das grandes centrais sindicais possibilitou que as negociações para o piso salarial se dessem sem maiores sobressaltos. Em dezembro de 2004, houve uma marcha por um salário mínimo digno, onde preparou-se um documento para ser entregue ao presidente o qual continha

propostas concretas e além disso, ressaltou-se a importância da criação de políticas para reestabelecer e regulamentar os reajustes anuais do salário mínimo tornando-os fixos, conforme o que pretendia ser estabelecido.

Patriota (2011), mostra em seu estudo sobre alguns índices socioeconômicos dos governos de ambos na década de 2000, que no governo Lula o salário mínimo passou por um aumento médio anual de 2,6 vezes maior, quando comparado ao governo FHC, pois em 2002 FHC era responsável por um salário de R\$ 200,00 e o crescimento anual era, em média, de R\$ 14,29, enquanto no período Lula em 2003 o salário mínimo era de R\$ 240,00 e em 2009 passou a ser R\$ 465,00, apresentando um crescimento médio anual de R\$ 37,50. Contudo, deve-se considerar que o salário mínimo real no governo Lula experimentou um crescimento de 3,5 vezes. Assim, no período compreendido entre os governos do ex-presidente Lula, o trabalhador tinha mais estímulos por meio do salário para manter-se empregado, com isso eleva-se o consumo e de certo modo mantém a economia aquecida.

Para Souen (2012), a valorização real do salário mínimo pode ser caracterizada como uma política anticíclica ante a crise internacional de 2008. Ou seja, essa valorização foi uma forma de produzir efeitos compensatórios diante dos desequilíbrios econômicos enfrentados na época, ele também afirma que o governo tomou uma postura mais desenvolvimentista a partir de 2006. Contudo, as diferenças são notáveis desde 2003, ao considerar a ascensão de um governo de esquerda o qual se voltava mais para as demandas sociais e estimulava o crescimento por meio da baixa inflação, buscando crescimento focado na especialização produtiva e progresso tecnológico, com o intuito de aumentar os níveis de produtividade e da renda *per capita*.

Entretanto, é possível observar que houve melhoras no decorrer dos anos, ao considerarmos a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD,2009), nota-se a melhora na vida das pessoas, ao se levar em conta os trabalhadores com carteira assinada de 2008, ano de crise, para 2009 aumentaram em 1,5% sendo um total de 32,4 milhões, que equivalem a um percentual 59,6% (com exceção dos trabalhadores domésticos) para o ano em questão. Na época de FHC mais de 50% dos empregados não possuíam carteira assinada, esse aumento pode ser explicado por meio da renda do trabalho que elevou-se ao decorrer dos anos. Sendo assim, o período de governo FHC pode-se dar destaque ao desemprego em massa, arrocho salarial e a precariedade das relações trabalhistas.

3.1 TRAJETÓRIA DO SALÁRIO MÍNIMO NA DÉCADA DE 2000

O salário mínimo serve como base para pagamentos salariais da Previdência Social além disso, serve de base também para Assistência Social, isto considerando que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que fica a cargo da assistência social. Com isso, o salário mínimo não impacta apenas o mercado de trabalho, mas também causa impactos na vida financeira de uma parte da população não economicamente ativa.

A valorização salarial tornou-se efetiva de fato no ano de 2007, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, junto a algumas centrais sindicais em comum acordo elaborou, bem como implementou uma política permanente para a valorização do salário mínimo a qual deveria perdurar até o ano de 2023, algo que não se cumpriu no que se diz respeito ao tempo, pois durou apenas até o ano de 2015 da forma a qual foi proposta, onde a então presidente Dilma foi destituída do cargo e a proposta de certo modo não ganhou a mesma notoriedade, isto no que se diz respeito às políticas de renda

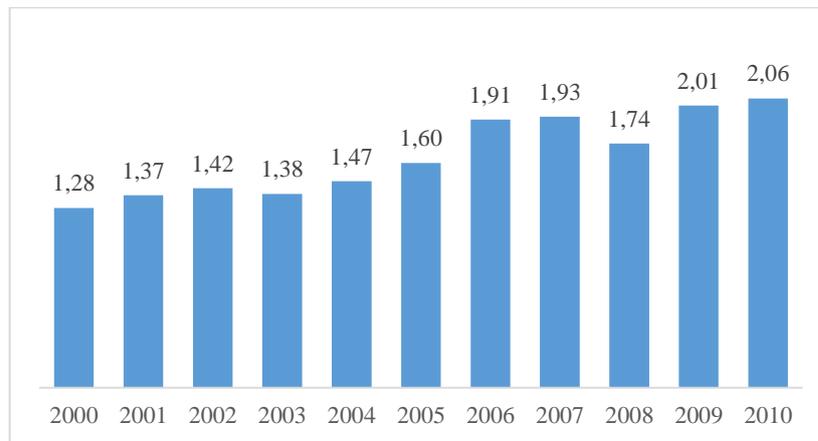
Dilma no ano de 2011 transformou a política de proposta de valorização salarial em lei, válida até o ano de 2015, e no ano de 2015 ela renovou tal lei até 2019, mas como foi destituída não pode assegurar o cumprimento e a seguridade da lei após o ano de 2019.

Com essa proposta de valorização salarial, buscava-se num longo prazo meios para resgatar o valor do piso nacional, com essas perspectivas a política de valorização tinha como metodologia para compor o salário mínimo do ano seguinte: a inflação do período entre as correções medida com base no Índice de Preços Nacional ao Consumidor (INPC), atrelada à variação do Produto Interno Bruto (PIB) de anos anteriores.

Tal fato, possibilitou a Lula tornar-se o presidente ao qual concedeu ao salário mínimo o seu maior aumento, isto considerando desde o período da redemocratização. Esses aumentos salariais propostos na lei de valorização, em conjunto com a redução do pagamento de impostos para a população que detém os menores ganhos salariais possibilitaram aos menos favorecidos monetariamente um ganho no seu poder de compra, dando assim um fomento no consumo dessas pessoas, que conseqüentemente movimentou a economia a nível nacional de maneira bem positiva. Sendo uma medida favorável, a qual tinha por objetivo superar efeitos advindos das crises que o mercado financeiro enfrentou.

Havendo portanto o protecionismo sob salário mínimo, ficou comprovado que a população de baixa renda melhorou seu consumo, abaixo é possível observar dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) que mostram como se deu o poder de compra das pessoas, considerando a relação entre cestas básicas x salário mínimo ao longo da década (2000 – 2010).

Gráfico 3 – Quantidade de Cestas Básicas Adquiridas Com o Salário Mínimo (2000-2010)



Fonte: Dados DIEESE. Elaboração própria.

Com isso, os aumentos reais do salário mínimo fizeram com que os trabalhadores restaurassem todas as perdas que tiveram, isto levando-se em conta a década perdida (1980) bem como a década do neoliberalismo econômico (1990). Na década de 1990, o neoliberalismo decorreu em perdas, isso por ser um período marcado por um crescimento baixo e por muitas privatizações, das quais grande parte se deram no governo de FHC.

De acordo com Brito e Kerstenetzky (2017), os aumentos salariais causaram um efeito transbordamento (*spillover*), em especial para as famílias pobres das buscavam viver do trabalho formal, bem como dependiam do salário mínimo para poder manter-se. Podendo ainda destacar o fator Previdência, que também possibilitou melhoras na linha de pobreza das famílias, com isso é possível observar que os aumentos salariais em regiões menos desenvolvidas tiveram efeitos mais fortes para redução da pobreza se comparados a outras grandes regiões. Com isso há a confirmação da importância da política de valorização do salário mínimo, pois Este (2005) afirmou que:

[...] reajustes do mínimo não beneficiam apenas pessoas que o recebem mensalmente como salário pago ao trabalho exercido; seus efeitos se estendem à parcela muito mais ampla da população, que, sem dúvida alguma, encontra-se entre as mais necessitadas deste País. (2005, p.9)

Contudo os aumentos salariais, além de aumentar a qualidade de vida dos trabalhadores, reduzem também o nível de pobreza.

3.2 DO BOLSA ESCOLA AO BOLSA FAMÍLIA

Ao considerarmos o fator de redução na desigualdade na renda dos brasileiros o trabalho assalariado pode ter sido mais eficaz, entretanto, o Bolsa Família é uma das políticas de redistribuição de renda mais conhecidas adotada por ambos os governos, ela foi implementada no ano de 2001. Antes o Bolsa Família era conhecido e dividido entre Bolsa Escola e Vale Gás, sendo mais intensificada bem como aprimorada no ano de 2003, tal política possibilitou renda as famílias mais pobres, bem como ainda proporcionou uma quebra no ciclo de extrema pobreza contínua.

O Bolsa Escola, em 2001 buscava por sua vez, reduzir as desigualdades consideradas constantes para época, para tanto o foco eram famílias de baixa renda, havia portanto transferência de renda as quais tinham por objetivo incentivar a matrícula bem como manter as crianças na escola, ou seja, o programa buscava estimular crianças de baixa renda a manter-se na escola. Para fazer parte do programa devia haver assiduidade na frequência escolar, onde num período trimestral a frequência das crianças bolsistas passava por análises, afim de verificar o percentual de faltas das crianças, que não poderia ultrapassar 15% em nenhum dos meses letivos, caso isso acontecesse o benefício seria suspenso.

De acordo com Pasquim (2006), se houvesse a unificação dos programas de transferência de renda poderia reduzir desvios e inconsistências dos programas ligados a ministérios distintos, sendo portanto o programa Bolsa Família, resultado da unificação dos programas analisados. A lei que possibilitou a unificação de programas federais de transferência de renda que já existiam foi a de nº 10.836, tal lei possibilitou a unificação do Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, tornando mais efetivo a aplicabilidade da política, da qual objetivava-se fornecer assistência financeira aos indivíduos mais carentes; os mais vulneráveis de todas as regiões do Brasil.

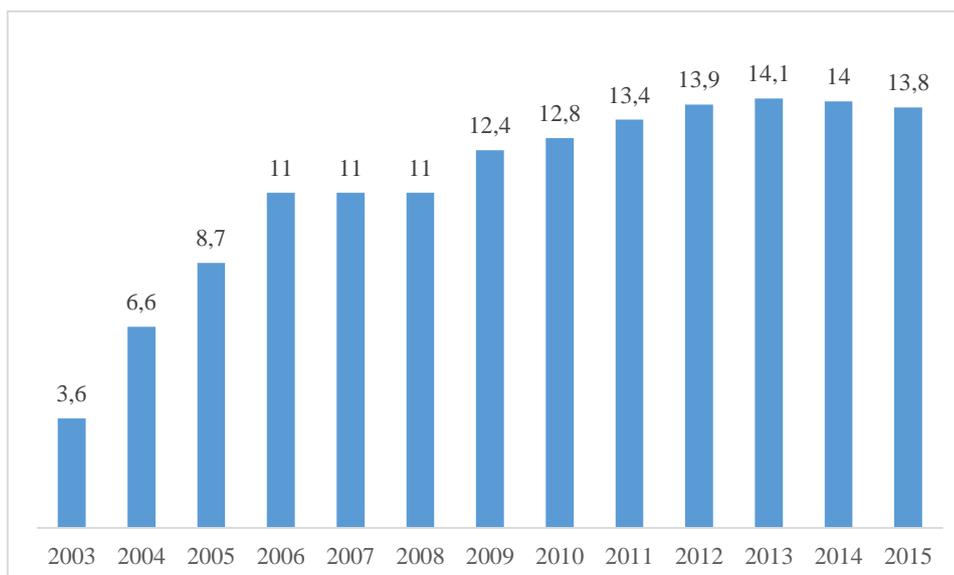
Sendo portanto o Bolsa Família um meio o qual busca reduzir à pobreza, bem como esperava-se que através dele houvesse redução na desigualdade de renda, mesmo que minimamente. Desde a unificação dos benefícios sociais em 2003 o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) buscou então, manter o programa sob três eixos, dos quais são a base principal do programa, sendo eles: Complemento na renda, onde as famílias recebem mensalmente um valor através de transferência direta do governo federal; Acesso aos direitos, onde as famílias beneficiárias tem que cumprir algumas condições afim de se manter no programa, em especial devem intensificar o cuidado com saúde, educação e assistência social; e Articulação com outras ações, onde o programa além de fornecer renda as famílias busca também aliar outras políticas sociais para melhor desenvolver as famílias.

Em resumo, pode-se definir os três eixos base do programa de modo que, no primeiro eixo há uma busca na redução imediata do nível de pobreza, no segundo eixo espera-se que através das condições oferecidas pelo governo as famílias possam se manter no programa, cumprindo todas as condições as quais buscam acabar com os ciclos de pobreza, considerando que a conquista de tais fatos se dá com seu próprio mérito e no terceiro eixo, há algo em comum com o primeiro e segundo eixo, onde o programa busca fornecer outros meios para que as famílias superem seus níveis de pobreza e vulnerabilidade.

A condicionalidade de manter as crianças na escola, vinda desde o Bolsa Escola possibilitou uma maior adesão de crianças nos primeiros anos iniciais na escola, ou seja, houve uma intensificação na matrícula de novos alunos, dando destaque ao intervalo de idade entre 7 e 14 anos, assim como houve elevação no número de matrículas, houve também redução na evasão escolar, sendo mais intensiva em idades que antecedem o ensino médio, para tal considera-se o intervalo de idade citado anteriormente.

No gráfico abaixo é possível observar através de dados do MDS que, desde a instituição do programa com o nome de Bolsa Família, a quantidade de famílias que foram beneficiadas, chamando ainda atenção ao fato de no ano de 2013 a quantidade de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família começou a cair, podendo justificar tal fato há um maior controle quanto ao cruzamento de dados, bem como verificação das informações fornecidas pelas famílias. O programa dá ainda a possibilidade de se desligar dele por vontade própria, quando a renda da família eleva-se, de modo que elas optam por deixar o programa oferecendo a possibilidade de outras famílias entrarem no nele. No programa Bolsa Família, há a possibilidade de flexibilização quanto ao número de famílias atendidas, pois é possível que hajam entradas e saídas de famílias no programa todos os meses, sendo assim é normal que a quantidade de beneficiários varie de um mês para o outro.

Gráfico 4 – Famílias beneficiadas com o Bolsa Família (em milhões)



Fonte: Dados MDS. Elaboração própria.

Castro e Modesto (2010), com dados fornecidos pelo MDS observaram que após o Bolsa Família a renda média *per capita* mensal elevou-se de R\$ 51,09 para R\$ 78,12, sendo assim, entendeu-se que o benefício possibilitou a algumas famílias saírem de linha de extrema pobreza, estipulada pelo programa, que era de R\$ 70,00. Mas, quando considerarmos os níveis de renda nas regiões Norte e Nordeste e compara-los a média nacional, os valores de renda são menores, tendo assim um maior impacto na renda da população dessas regiões.

Tabela 1 – Renda média mensal *per capita* das famílias beneficiadas com o Bolsa Família (no ano de 2010)

| REGIÃO | RENDA FAMILIAR <i>PER CAPITA</i> (R\$) | | | |
|---------------|--|-----------------------|-------------------------------|--------------------------|
| | TOTAL DE FAMÍLIAS (MI) | MÉDIA DE RENDA MENSAL | MÉDIA MENSAL APÓS O BENEFÍCIO | CRESCIMENTO DA RENDA (%) |
| Norte | 1.324 | 44,66 | 71,84 | 60,9 |
| Nordeste | 6.359 | 42,68 | 71,63 | 67,8 |
| Sul | 1.062 | 67,25 | 91,15 | 35,5 |
| Sudeste | 3.058 | 62,76 | 87,41 | 39,3 |
| Centro-Oeste | 622 | 65,82 | 89,95 | 36,7 |
| Brasil | 12.425 | 51,09 | 78,12 | 52,9 |

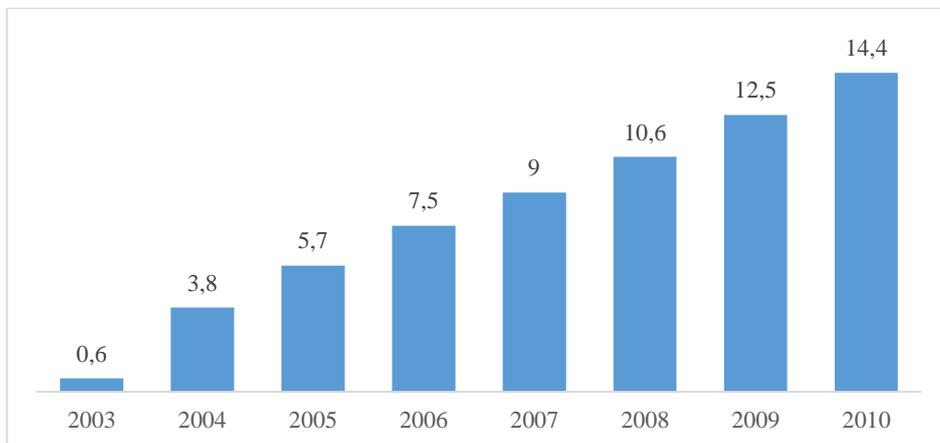
Fonte: Ipea; MDS através de dados do CadÚnico em março de 2010. Elaboração própria.

Presentemente, a elegibilidade para o programa Bolsa Família está referida à renda *per capita* mensal, menor ou equivalente a R\$ 89,00, isso para o benefício básico. Apesar de os valores serem considerados pequenos, tem-se uma importância relevante na economia das

regiões brasileiras, em especial nos interiores do Brasil. Campello e Neri (2013), afirmam que no PIB os gastos com o Bolsa Família somam apenas 0,4%, contudo a cada R\$ 1 que é gasto com o programa, o consumo das famílias se dá em R\$ 2,40, já ao PIB esse mesmo R\$ 1 acresce em R\$ 1,78.

A partir de dados do Ipea, observa-se que houve uma redução de 28% de famílias em situação de extrema pobreza, devido ao Bolsa Família, isso considerando o intervalo entre, 2002 – 2012. Abaixo no gráfico estão as despesas com Bolsa Família, de acordo com MDS, desde a unificação até o ano de 2010 (período limite o qual o trabalho aborda).

Gráfico 5 – Despesas governamentais com o programa Bolsa Família (em bilhões de R\$, valores correntes)



Fonte: Dados MDS. Elaboração própria.

No que se refere ao consumo alimentar, Sperandio *et al* (2015) mostra que, o recebimento do benefício impactou numa melhora na alimentação das famílias na Região Nordeste, verificando que a ingestão de alimentos por parte dos beneficiários do programa se dá de modo mais saudável, tendo uma cesta de consumo que em sua maioria é composta por alimentos *in natura* ou minimamente processados, já famílias não beneficiárias tinham uma cesta de consumo composta por itens que em sua maioria são alimentos ultraprocessados, se comparado o consumo de ultraprocessados os não beneficiários consomem 1,8 vezes mais do que os beneficiários. Sendo portanto a alimentação apenas uma mostra de quanto melhorou a vida das famílias, bem como a saída de algumas delas da faixa de extrema pobreza, e ainda proporcionou um maior incentivo quanto a busca pela educação.

3.3 CONCESSÕES DE CRÉDITO

De acordo com Melo (2010), o crédito é um meio importante do qual espera-se alavancar a economia, tal fato se torna possível quando observamos que ele está contido tanto na conta de consumo, quanto na de investimento de um sistema econômico, deste modo tornam-se mais ágeis os meios transacionais bem como meios para expandir o sistema financeiro.

Nos anos iniciais da década de 2000, o acesso ao crédito, bem como aos bancos era algo bem restrito, destinava-se apenas a pessoas de maior poder aquisitivo, sendo que a partir do ano de 2004 houve um aumento das camadas menos favorecidas aos serviços bancários. Pode-se explicar esse fato, através de estímulos para que os indivíduos abrissem contas correntes, sem custos, de início foi na Caixa Econômica Federal (CEF), obtendo-se bons resultados e elevando a procura de classes menos favorecidas tal fato, deu tão certo que foi copiado pelo Banco do Brasil e ainda por bancos de iniciativa privada, sendo que os bancos privados não conseguiram manter a gratuidade na abertura de contas correntes, pois depois de algum tempo voltaram a cobrar as tarifas de serviços.

Podemos considerar o crédito como uma peça chave para um bom desenvolvimento econômico, o crédito dá ao empresário meios para obter forças, das quais podem elevar sua produção seja ela de bens ou serviços. Sendo assim, pode-se concluir que para o sistema capitalista o crédito é uma ferramenta extremamente necessária para o fluir positivo de tal sistema. Para tanto seguindo a linha de pensamento de Schumpeter, vê-se que ele afirma o seguinte:

[...] através do crédito, os empresários obtêm acesso à corrente social dos bens antes que tenham adquirido o direito normal a ela. Ele substitui temporariamente, por assim dizer, o próprio direito por uma ficção deste. A concessão de crédito opera neste sentido como uma ordem para o sistema econômico se acomodar aos propósitos do empresário, como um comando sobre os bens de que necessita: significa confiar-lhe forças produtivas. É só assim que o desenvolvimento econômico poderia sugerir a partir de um mero fluxo circular em equilíbrio perfeito. E essa função constitui a pedra angular para a moderna estrutura de crédito. (1997, p.111)

Na década de 2000, pode-se atribuir o acréscimo no volume de crédito à melhoria nos bancos públicos, redução nos níveis de desemprego, conseqüentemente aumento nos níveis de emprego formal, aumento de famílias que são remuneradas com salário, tendo em vista que o salário real estava elevando-se de uma maneira bastante positiva. Pode-se ainda atribuir a alta na oferta de crédito ao uso de cartões de crédito, que deixaram de ser uma exclusividade das famílias de classe alta, e ainda os estímulos vindos do desejo de consumir por parte das famílias

que foram beneficiadas com programas sociais do governo, pois em alguns casos elas tinham que abrir uma conta, com a finalidade facilitar o recebimento de algum benefício federal.

Considerando então as políticas intencionais de redistribuição de renda, em especial a de crédito, ela possibilitou que o nível de confiança para com o mercado aumentasse, isso fez com que se elevasse a concessão de crédito. Mesmo com mais crédito disponível no mercado, os preços dos bens e serviços mantiveram-se estáveis, tal fato aumentou o consumo dos indivíduos, tornando-o mais intenso, esse crescimento do consumo estimulou portanto a volta do investimento por parte dos empresários.

No ano de 2003, foi instituída a Lei nº 10.820, pelo então presidente da Luiz Inácio, junto a uma iniciativa da Central Única de Trabalhadores (CUT), tal lei possibilitou a trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) realizar empréstimos consignados, de início o crédito consignado se dava por meio de um acordo conjunto entre instituições financeiras e sindicatos. Entretanto, quase um ano após a instituição da lei, em setembro de 2004 a Lei nº 10.953 incrementou a anterior a ela, incluindo a aposentados e pensionista o direito de tomar empréstimos consignados.

O crédito consignado é tido como um empréstimo pessoal na instituição financeira a qual o indivíduo recebe, onde o valor equivalente a parcela mensal é descontada diretamente na folha de pagamento do indivíduo tomador do crédito, ou seja, o indivíduo recebe seus vencimentos mensais já com abatimento equivalente a parcela somado aos juros do crédito consignado. Tal meio de crédito logo ganhou volume de adeptos no meio bancário em todo território nacional, pois beneficiava uma gama variada de pessoas, desde pessoas que detinham emprego fixo, funcionários públicos e ainda beneficiou aposentados e pensionistas, sendo esses últimos de responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Social INSS o regimento dos consignados. Para tomar um consignado o valor mensal da parcela não pode ultrapassar 30% da renda do indivíduo.

De acordo com Lavinias, Ferraz e Veiga (2010), em suas observações acerca da inclusão financeira e do crédito, notou-se que entre os anos de 2003 e 2004 o país passou por um novo padrão de crescimento, possibilitando um desenvolvimento mais firme e uma alta no volume de concessões de crédito, que foi um indicativo quanto ao aquecimento no consumo de bens e serviços no mercado brasileiro. Um possível estímulo para a tomada de consignados pode ser o fato de a taxa de juros dessa modalidade ser bem menor, isto quando comparada a taxa e juros pessoal.

Tabela 2 – Taxa anual média de juros por modalidade de crédito (valores em %)

| Ano | Crédito Consignado | Crédito Pessoal |
|--------------------|--------------------|-----------------|
| 2004 | 39 | 73,5 |
| 2005 | 37,7 | 69,4 |
| 2006 | 35,4 | 62,3 |
| 2007 | 31,1 | 51 |
| 2008 | 28,7 | 54,1 |
| 2009 | 28,2 | 47,5 |
| 2010 (1º bimestre) | 27,2 | 44,3 |

Fonte: Lavinias, Ferraz e Veiga (2010), através de dados do BCB. Elaboração própria.

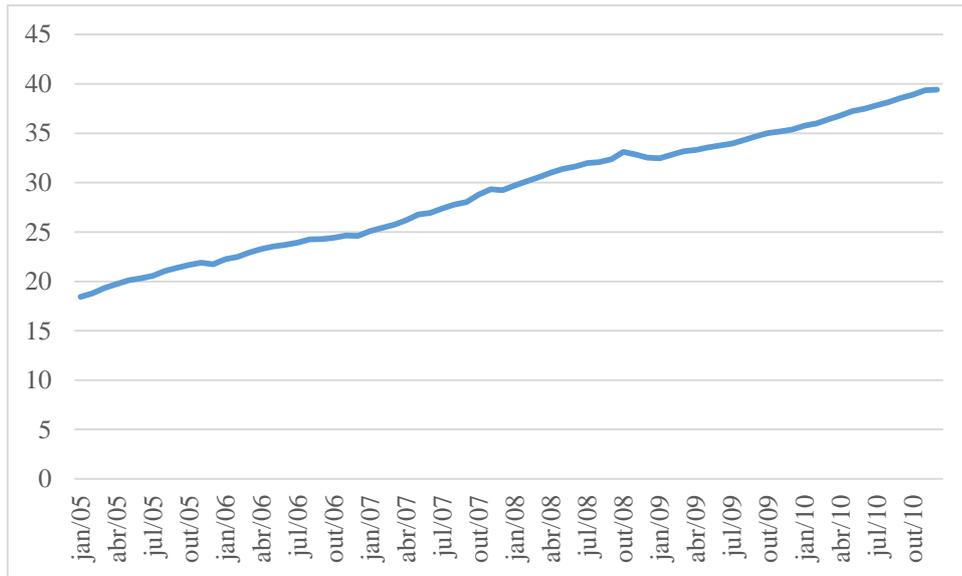
Sendo assim, com mais crédito em mãos as famílias elevam seu consumo, tanto de bens quanto de serviços, fato que não apenas aquece e melhora a demanda, mas também melhora o nível de bem-estar das famílias. Além do crédito, pode-se atribuir ainda essas melhorias nos índices positivos, ao emprego e renda dessas famílias, ou seja, é sim possível associar a elevação na concessão de crédito como um fator aceleracionista para o processo de crescimento.

Ao considerarmos o aumento na oferta de crédito para as famílias a partir dos anos de 2003-2004, o brasileiro teve então um fácil acesso a mais recursos e isso diversificou sua cesta de bens de consumo, elevando então seu leque de produtos e isso decorre também em melhoras no bem-estar.

Contudo, é possível que esse maior consumismo contribuiu ainda para elevar o nível de endividamento das famílias. Pode-se também, atribuir o endividamento das famílias a sua demanda reprimida, ou seja, as famílias possuíam desejo de consumir novos itens em sua cesta, no entanto, não tinham condições de melhorar seu consumo, ao tomar crédito tendem a consumir sem fazer planejamentos.

O endividamento, portanto, está diretamente ligado à uma ausência de educação financeira, dificilmente a camada populacional de baixa renda tem hábitos de planejar seus gastos, com isso os indivíduos não encararam como uma parcimônia o boom de crédito que elevou seu consumo. Entretanto, não há muitos estudos que focam de modo concreto o grau de endividamento da população de baixa renda, isso se deve ao fato de não haver disponibilidade de informações concisas de acesso público, as quais possam vir a ser aprofundadas por meio de pesquisas em cima desse público em especial.

Gráfico 6 – Endividamento das famílias (período entre 2005-2010; em %)

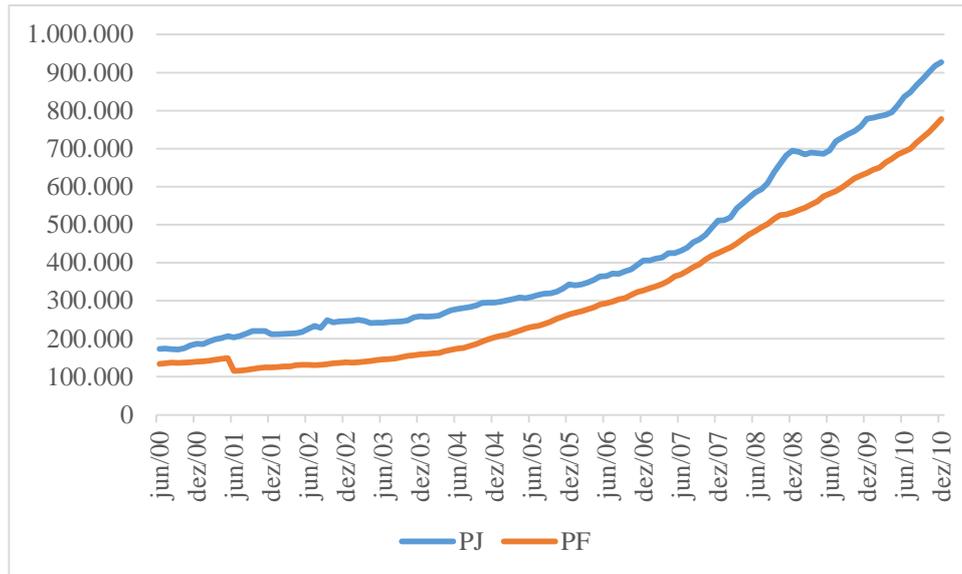


Fonte: Dados do BCB. Elaboração própria.

Borges (2016), nos mostra em seu estudo sobre a expansão de crédito frente ao comprometimento de renda das famílias, que o crédito consignado foi um dos fatores que desencadeou de modo mais decisivo o comprometimento de renda das famílias brasileiras compostas com algum empregado formal e/ou aposentados, dando ênfase aos anos de 2002 e 2008, contudo ele ainda atribui de maneira secundária o aumento no comprometimento da renda, a implantação da alienação fiduciária e a expansão do crédito imobiliário.

De acordo com dados do Banco Central do Brasil (BCB), no início dos anos 2000 as operações de crédito para pessoas físicas (PF) eram de R\$ 133.996 milhões passando para R\$ 778.209 milhões no ano de 2010, já o crédito entre pessoas jurídicas (PJ) era de R\$ 173.016 milhões e elevou-se ao valor de R\$ 927.681 milhões no ano de 2010, é notável como a concessão de crédito deu-se de modo bem crescente tanto entre pessoa física, quanto jurídica. Para tanto, no gráfico abaixo é possível observar alguns valores gastos com concessão de créditos em geral, observando que elevou-se o crédito para pessoa física, que por sua vez estimula o consumo e aquece a economia, elevando a oferta de determinados bens. Sendo então o crédito um substituto do investimento, há um aumento na tomada de crédito, afim de elevar a produção e suprir a demanda das famílias.

Gráfico 7 – Operações de crédito do sistema financeiro - Total - Pessoas físicas e jurídicas (em milhões)

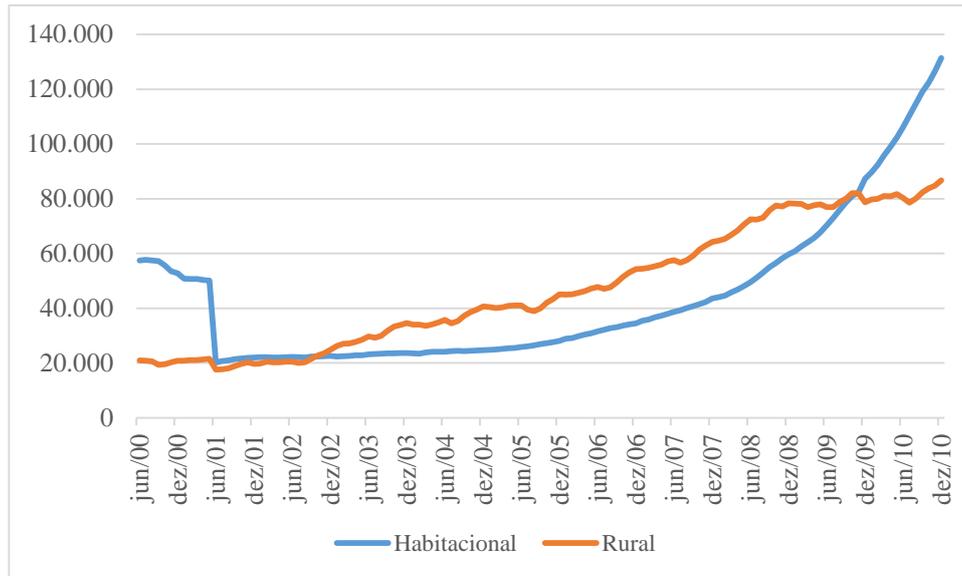


Fonte: Dados do BCB. Elaboração própria.

Consequentemente houve ainda o aumento no crédito habitacional, através de programas que facilitam a aquisição da casa própria, dados do BCB dão conta que nos anos 2000 apenas R\$ 57.474 milhões eram direcionados para habitação, mas fechou o ano de 2010 com um montante equivalente a R\$ 131.420 milhões destinados de modo exclusivo para financiamentos habitacionais.

E ainda se considerarmos o crédito rural, que tinha por finalidade estimular a agricultura brasileira e elevar os níveis de exportação de alguns alimentos dos quais já eram exportáveis, bem como ainda melhorar a qualidade do que é produzido para o consumo interno. Pode-se observar que para esse crédito rural nos anos 2000, destinavam-se a R\$ 20.985 milhões, entretanto no ano de 2010 depois de todo fomento econômico o crédito rural atingiu o valor de R\$ 86.788 milhões, que deveria apenas beneficiar o meio ruralista.

Gráfico 8 – Operações de crédito do sistema financeiro - Recursos direcionados para habitação e rural (em milhões)



Fonte: Dados do BCB. Elaboração própria.

Contudo, Borges (2006) ainda afirma que o Brasil difere de um contexto comum, onde em nosso país segundo suas observações a maioria das famílias mais endividadas são as pertencentes a camadas de maior renda e não as que detém menor renda.

4 IMPACTOS DAS POLITICAS DE RENDA NO CONSUMO E NA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: A "NOVA CLASSE MÉDIA"

Considerando de início a estratificação social, que em Sociologia, trata-se da separação de camadas sociais, por meios dos valores culturais ou relações existentes na sociedade, separando-a por classes, castas ou estamentos. Lemos (2012), parte da visão de Max Weber, para afirmar que a estrutura social não é composta apenas por níveis econômicos, como também prioriza-se em termos do poder, não só o poder vindo dos fatores econômicos, os quais determinam a estratificação social em alguns locais, mas considerando existir também a luta por poder, a qual orienta-se por meio das honras e glórias que esse poder trará, portanto é possível observar que Weber tratava essa estratificação dividindo-a em três componentes: classes, status e poder.

Partindo do pressuposto que existe estratificação social pois existe desigualdade, e essa estratificação sempre esteve presente no meio econômico ao considerarmos a concentração de renda, em meados do ano de 2004 foi possível observar que o Brasil enfrentou mudanças quanto a sua estrutura social, pois é notável entre os anos de 2003-2010, reduziu-se essa desigualdade por meio da implementação de políticas de renda eficazes, fazendo emergir uma nova classe média, ou apenas classe C. De acordo com, Cordeiro, Almeida e Figueiredo (2013) as mudanças econômicas foram positivas ao cenário brasileiro, a nova classe média teve seu consumo elevado, possibilitando novas aberturas de negócios para as empresas, observou-se que como as famílias passaram a ganhar mais, surgiram novas necessidades de consumo conforme fora se dando essa nova estrutura na renda.

Entretanto, Oliveira (2016) destaca que a estratificação na Região Metropolitana de Salvador, que além de ser econômica é racial, pois grande parte das famílias consideradas pobres é composta por negros, já a elite econômica tem em sua maioria indivíduos brancos e pardo, porém ele afirma que ainda há uma maioria privilegiada, pois as classes A e B, tem maior apropriação do ativo econômico quando comparado as demais classes, isto considerando apenas uma região específica.

Silva, Scherer e Porsse (2012), estipulam que a classe C em 2003 tinha 65,8 milhões de pessoas, mas no ano de 2009 havia cerca de 94,9 milhões de pessoas, com isso é notável que houve mudanças na estrutura de renda e na demografia do país, eles ainda afirmam que o Brasil tornou-se um país classe média, e com o consumo em alta, sendo estimulado por políticas de incentivo ao consumo, as quais estavam estimulando o mercado econômico como um todo. A FECOMÉRCIO-SP (2012), considera a classe C como classe média devido a ser a

classe que passou por mais mudanças nas POF de 2003 e 2009, considerando também a renda média mensal familiar que aproxima-se da renda média de todas as famílias brasileiras, que segundo eles seria o equivalente a R\$ 2.900,00 mensais por família.

Carvalho e Silva (2014), afirma que a política de valorização real do salário mínimo colaborou na redução da pobreza e melhorou a qualidade de vida da massa trabalhadora, de modo mais objetivo no estado de Paraíba, sendo assim, a partir da política de valorização do salário mínimo, a qual elevou a renda e consumo das famílias, os autores Silva, Scherer e Porsse (2012), observam que os programas de transferência de renda, possibilitaram mudanças no padrão de consumo das famílias em ascensão, em especial as de classe consideradas baixas. Já a FECOMÉRCIO-SP (2012), destaca a estabilidade econômica, a qual manteve fixo a renda e o crédito, junto as políticas governamentais e proteção social, fizeram com que elevasse a quantidade de indivíduos na nova classe média, porém deve-se considerar que isto é devido a duas situações, das quais foi possível chegar a esses resultados por eles analisados, que seria a estabilidade nos preços devido à inflação e o inédito e extenso ciclo de crescimento econômico mundial.

Além da política de valorização do salário mínimo, Oliveira (2016) menciona o fortalecimento comercial com a China, o qual trouxe algumas vantagens para o Brasil e proporcionou a intensificação das políticas de distribuição de renda, possibilitando uma maior renda pessoal, ou seja, esse também foi um dos meios que acresceu o quantitativo de pessoas na classe C. Em resumo, tal fato tornou possível que ainda mais pessoas pudessem sair da base da pirâmide social e elevar-se em direção ao topo.

Por meio da elaboração de tabelas, Silva, Scherer e Porsse (2012), as quais utilizam dados das POF 2002-2003 e 2008-2009, o estímulo por meio da distribuição de renda advindos do governo nos fez observar, que há um crescimento considerável na participação da classe C no consumo agregado em grande parte dos setores de atividade econômica. É também notável o crescimento dessa classe frente ao consumo em todas as cinco macro-regiões, sendo assim o reflexo sob a cadeia produtiva em regiões brasileiras é constantemente positivo, pois Carvalho e Silva (2014) também afirma que, o crescimento econômico se deu com maior efetividade no setor de serviços, destacando o comércio e a indústria da construção civil.

Oliveira (2016), afirma que com um mercado mais fomentado, os indivíduos tendo mais renda real a demanda interna por bens considerados duráveis elevou-se de modo bastante positivo, possibilitando o aumento do investimento no meio produtivo, com isso gera-se mais empregos, sendo assim ocorre um movimento cíclico na economia. Mas, tudo isso não representa mudanças severas nas estruturas de classes, podendo assim gerar uma situação a qual

espera-se conforto e bem-estar social, algo que não faz parte de vida de um trabalhador que galgou de classe, muitas vezes com seu esforço físico, e mesmo assim ainda é possível observar que mesmo minimamente ainda ocorre a desigualdade em nosso país. Portanto, apenas isso não é um argumento conclusivo, o qual nos leva a estereotipar o Brasil como um “país de classe média”, de acordo com Carvalho e Silva (2014).

4.1 CONSUMO DAS FAMÍLIAS DA “NOVA CLASSE MÉDIA” AO LONGO DA DÉCADA DE 2000

Partindo da premissa que, o consumo das famílias torna-se um componente de grande relevância na demanda final de bens e serviços. O contexto no qual dá-se o consumo, vem a ser então peça chave para compreender as modificações observadas na economia, isto tanto em período de crises, quanto em períodos de *boom*. Contudo, pode-se concluir que o consumo das famílias vem a ser um fator indispensável para a realização de estudos acerca da pobreza, bem como ainda analisar a qualidade de vida da população.

Quanto ao crescimento da renda das famílias por meio das políticas de redistribuição de renda, pode-se observar que houve uma redução no quantitativo de domicílios de baixa renda, no que se refere a participação desses domicílios que migraram da baixa renda no consumo total, seu consumo elevou-se. Tal fato pode ser facilmente esclarecido através da relação gasto-renda, pois várias famílias galgaram de classe social considerando a década de 2000, elas quase dobraram sua faixa de renda, isto quando considerado a renda mais baixa. Com isso, é notável a relevância do papel crédito teve para manter do consumo das famílias de baixa renda, tendo em vista que as famílias de baixa renda não têm tendência de serem poupadoras, consumindo valores acima dos seus proventos, sendo a tomada de crédito em alguns casos uma escolha para suprir possíveis necessidades.

De acordo com Gonçalves (2015), apesar de o crédito ao consumidor ser cotado como item relevante para ascensão de pessoas/famílias para a classe C, ele não é o protagonista desse fator, o símbolo que marcou essa migração positiva de classes foi o emprego formal, ele sim é o protagonista, ao passo que consolidou uma renda fixa para os indivíduos, ainda possibilitou uma maior seguridade ao salário, bem como direitos a classe trabalhadora. De acordo com dados do IBGE no ano de 2007, foi obtido um somatório no valor de R\$ 365 bilhões, valor esse equivalente ao consumo da classe C para o referido ano.

A “nova classe média” busca suprir suas necessidades dos serviços públicos junto ao setor privado, a exemplo busca saúde, educação. A busca por saúde dá-se frente a procura por

planos de saúde, individual ou familiar e educação que se dá, frente a uma demanda por mais qualificação, pois frente aos estímulos que o governo lhes ofereceu, os indivíduos viram a necessidade de qualificar-se ainda mais, com intuito de elevar os seus salários.

Antes das elevações que foram se dando na renda dos brasileiros, o consumo era bem restrito, Arancibia (2012), diz que o consumo era apenas de itens necessários para compor a cesta básica, mas ele ainda afirma que o consumo ao decorrer da década de 2000, foi aquecendo-se e recentemente a classe C, elevou seu consumo em roupas, cresceu o acesso dessas pessoas à tecnologia, como por exemplo, desde mais lares com internet ou idas a *lan house*. Sendo assim, a renda “extra” foi direcionando-se para aquisição de bens e serviços, pois de acordo com o IBGE em 2009, observa-se que a “nova classe média” passou a consumir mais automóveis e eletrodomésticos, pois um terço dos lares possuíam aparelho de micro-ondas, 27% possuíam uma geladeira duplex e 22% possuíam um carro.

Silva, Scherer e Porsse (2012), notaram que a elevação no consumo das famílias transformou suas necessidades básicas sobre o que consumir, com isso os indivíduos passaram a usufruir dos ganhos advindos de uma economia estável, a qual buscou reduzir as desigualdades sociais do país, distribuindo a renda de modo igualitário, conforme as necessidades de cada família.

O *boom* que a classe C deu no consumo, do modo a aquece-lo e estimular a produção, fez-se intensificar pesquisas de mercado tal fato se deu porque as empresas queriam atender de modo especial a “nova classe média”, ou seja, as pesquisas tinham por objetivo mostrar as empresas quais eram as preferências dos indivíduos que estavam emergindo de classe, com intuito de que tais empresas atendessem os desejos desses novos consumidores.

Arancibia (2012) ainda afirma que, apesar de se pensar que o que levava o consumidor a tomar sua decisão final, sobre consumir ou não determinado produto seria o preço, observou-se que na realidade essa nova classe emergente leva em consideração os produtos que lhes oferecem maior custo-benefício. Sendo assim, se formos ponderar preço e custo-benefício, o custo-benefício tem peso maior no fator decisão para indivíduos da classe C, pode-se considerar que esse critério surge devido de que como toda a renda extra está possivelmente direcionada ao consumo, havendo erro na escolha, ou problemas ao adquirir o produto mais barato, não haverá mais renda no decorrer do mês para se adquirir um novo produto, daí a importância do optar pelo custo-benefício frente ao preço baixo.

Contudo, as políticas de redistribuição de renda não elevaram apenas o consumo das famílias que migraram de classe, mas impactou o consumo das famílias brasileiras como um todo, tais fatos se dão devido aos estímulos monetários dados na economia. Abaixo é possível

observar a variação do índice de peso no consumo final das famílias, isso com dados do Ipea, onde observa-se que o consumo de todas as famílias variaram positivamente, chamando atenção ao crescimento no consumo de automóveis e eletrodomésticos, vindos em grande números das famílias que passaram a compor a nova classe média.

Tabela 3 – Evolução do índice de peso no consumo final das famílias, por setor (valores em %)

| SETOR | 2000 | 2005 | 2009 |
|--|------------|------------|------------|
| Alimentos <i>in natura</i> | 7,29 | 7,73 | 7,56 |
| Alimentos industrializados | 12,4 | 13,19 | 12,85 |
| Vestuário | 6,62 | 6,06 | 6,4 |
| Combustíveis | 5,44 | 5,45 | 5,24 |
| Produtos farmacêuticos | 2,41 | 2,67 | 2,64 |
| Perfumes, sabões e artigos de limpeza | 2,12 | 2,13 | 2,22 |
| Eletrodomésticos | 0,93 | 1,1 | 1,31 |
| Material eletrônico e equipamentos de comunicações | 1,72 | 1,53 | 1,19 |
| Automóveis e outros equipamentos de transporte | 4,29 | 4,73 | 5,57 |
| Móveis e produtos das indústrias diversas | 2,08 | 2,32 | 2,34 |
| Outros produtos industriais de consumo | 3,13 | 3,17 | 3,1 |
| Produção e distribuição eletricidade, água, gás, esgoto e limpeza urbana | 3,85 | 4,28 | 3,63 |
| Transporte e correio | 3,69 | 3,67 | 3,57 |
| Serviços de informação | 4,82 | 5,91 | 5,11 |
| Intermediação financeira | 4,06 | 4,29 | 7,35 |
| Atividades Imobiliárias e aluguéis | 2,43 | 2,29 | 2,23 |
| Aluguel imputado | 14,5 | 11,87 | 10,09 |
| Serviços de alojamento e alimentação | 5,16 | 4,71 | 5,32 |
| Educação mercantil | 2,98 | 2,71 | 2,38 |
| Saúde mercantil | 3,3 | 3,79 | 3,58 |
| Serviços prestados às famílias | 2,37 | 2,11 | 2,07 |
| Serviços domésticos | 1,64 | 1,76 | 1,86 |
| Outros serviços | 2,77 | 2,53 | 2,39 |
| TOTAL | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Ipea, através de dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN). Elaboração própria.

Além de observar a alta no consumo de bens duráveis, elevou-se no setor de serviços o consumo por serviços domésticos. Sendo assim a partir do SCN vê-se a variação no consumo das famílias, e quanto as mudanças que aconteceram no consumo das famílias apresentadas é um fato que esses acontecimentos se deram em um momento importante, o qual percebeu-se que aos poucos houve sim uma desconcentração da renda e a migração de classes, melhorando a qualidade de vida das famílias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho abordou como se portaram as famílias ante a elevação na sua renda com as políticas redistributivas de renda adotadas pelos governos da década de 2000, sendo possível observar dois governantes distintos e suas posturas para tentar reduzir a desigualdade, bem como a concentração de renda. Foi possível notar que as melhorias foram se consolidando a partir do ano de 2003, e apesar de várias políticas terem sido adotadas/implementadas o salário mínimo, e sua lei de valorização, foi o motor para migração efetiva de classes.

O consumo deu-se em maneira a ampliar a cesta de itens necessário as famílias, podendo incluir bens que antes não era possível consumi-los, contudo elevou-se ainda o consumo de bens duráveis, aquecendo o mercado como um todo, devido ao maior consumo de todas as famílias. Apesar de o índice de inadimplência ter oscilado e em alguns momentos ter se elevado, devido a deseducação financeira, e ao consumo exacerbado, foi positiva a melhora na qualidade de vida das famílias, tanto que a migração de famílias das classes D e E para a classe C foi algo que fez-se surgir o termo “Nova Classe Média”, isto na referida década de 2000, pois a alta na renda possibilitou migrar de classe.

No cenário atual vemos que o consumo não está aquecido da mesma forma de antes, as políticas redistributivas de renda estão cada vez mais dando lugar as políticas de arroxo, aos chamados contingenciamento dos gastos, que por sua vez desestimulam o consumo, reduzindo a renda das famílias, levando-as em alguns casos o retorno delas para classe D e E, e reduz inclusive os níveis investimento nas empresas, isto frente a queda no consumo desaquecendo de modo abrupto o mercado que estava a todo vapor na década de 2000. Sendo assim, essas políticas possibilitaram um novo modo de vida para muitos brasileiros, e desde os anos de 2003-2004 até recentemente a qualidade de vida dos brasileiros eram melhores, pois priorizava-se o bem comum a todos, em especial as minorias.

Por fim, nos dias de hoje é importante refletir acerca dessas políticas redistributivas dos anos 2000, pois o mercado econômico era mais aquecido, estimulava-se o consumo, a classe C por sua vez mantinha um consumo mais consciente, e tais políticas ainda impactaram em outros setores, a exemplo, pode-se citar uma maior busca por qualificação educacional, impactando ainda hoje na busca por mais educação, houve uma maior conscientização quanto a busca por maiores graus educacionais, isso afim de obter mais renda pelo fato de ter maior qualificação educacional, isto frente as reformas e contingenciamentos que enfrentamos atualmente.

REFERÊNCIAS

ARANCIBIA, Felipe Eduardo Rodríguez. **Consumo Sustentável: padrões de consumo da nova classe média brasileira.** 2012. 144 f. Dissertação (Mestrado). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11547/1/2012_FelipeEduardoRodriguezArancibia.pdf >. Acesso em: Junho de 2019.

BARROS, Ricardo Paes *et al.* **Uma Análise Das Principais Causas Da Queda Recente Na Desigualdade De Renda Brasileira.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro. n1203. 2006. 31p. Disponível em :< http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1203.pdf >. Acesso em: Maio de 2017.

BORGES, Marco Antonio. **Expansão do crédito, comprometimento de renda e vulnerabilidade das famílias brasileiras na década de 2000.** 2016. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo. Disponível em: < https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17704/Monografia_Marco_Borges_final_protocolo.pdf?sequence=3&isAllowed=y >. Acesso em: Maio de 2019.

BRITO, Alessandra Scalioni; KERSTENETZKY, Celia Lessa. **A política de valorização do salário mínimo foi importante para a redução da pobreza no Brasil?** Uma análise para o período 2002-2013. 2017. Disponível em: < https://www.anpec.org.br/encontro/2017/submissao/files_I/i12-21af8c4af028ec982e8455eeb6166527.pdf >. Acesso: Março de 2019.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Cortês. **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: uma década de inclusão e cidadania.** 2013. Brasília. IPEA. 502p. Disponível em: < https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwilx6mTmL_hAhUdHbkGHc2jDIMQFjABegQIBBAB&url=http%3A%2F%2Fwww.ipea.gov.br%2Fportal%2Findex.php%3Foption%3Dcom_content%26id%3D20408&usg=AOvVaw0FkCPDs9rtjdjvnfzCAIDCQ >. Acesso em: Abril de 2019.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX.** São Paulo. UNESP, Unicamp. 2002. 423p.

CARVALHO E SILVA, Rodrigo Freire de. **“Paraíba: economia e sociedade em uma década de mudanças”.** In: 38º Encontro Anual da Anpocs, 2014, Caxambu, Minas Gerais. Disponível em: < <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/38-encontro-anual-da-anpocs/gt-1/gt03-1/8849-paraiba-economia-e-sociedade-em-uma-decada-de-mudancas?format=html> >. Acesso em: Junho de 2017.

CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO Lúcia. **Bolsa família 2003-2010 : avanços e desafios.** 2010. Brasília. IPEA. v 1. 344p. Disponível em: < http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6604%3Abolsa-familia-2003-2010-avancos-e-desafios-volume-1&catid=265%3A2010&directory=1&Itemid=1 >. Acesso em: Março de 2019.

CORDEIRO, Rafaela Almeida; ALMEIDA, Liliane Matias; FIGUEIREDO, Júlio César Bastos de. **Classe Média Brasileira: Mais Dinheiro e Menos Dívidas, Sonho ou Realidade?**. In: IV Encontro de Administração Política, 2013, Vitória da Conquista, Bahia. Disponível em: < <http://www.uesb.br/eventos/encontroadministracaopolitica/artigos/EAP011.pdf> >. Acesso em: Março de 2017.

ESTE, Maria das Graças Mangueira. **Salário Mínimo uma história de luta**. SENADO FEDERAL-Senador PAULO PAIM. 2005. Brasília. Disponível em: < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180154/SalMinimo.pdf?sequence=1> >. Acesso em: Abril de 2019.

FECOMÉRCIO-SP. **A Evolução Da Classe Média E O Seu Impacto No Varejo – Diagnósticos e Tendências**. Fische2. São Paulo. 2012.

GONÇALVES, Patricia da Rocha. **O BRASIL DOS ANOS 2000: UM PAÍS DE CLASSE MÉDIA?**. 2015. Revista Augustus. v. 20. n. 39. p. 90-105. Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/revistaaugustus/article/view/818> >. Acesso em: Maio de 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda**. n155. 2012. 44p. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf >. Acesso em: Março de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009**. v 30. 2009. 131p. Disponível em: < https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwip3s-79TUAhWFD5AKHbMRBXEQFghDMAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.observatoriodegenero.gov.br%2FFeixo%2Findicadores%2Fpublicacoes%2Fpnad-2013-2009%2Fat_download%2Ffile&usg=AFQjCNG6HPbqGDrFTunO9SXZqO6asRk_Q >. Acesso em: Junho de 2017.

LAVINAS, Lena. FERRAZ, Camila. VEIGA, Alinne. **INCLUSÃO FINANCEIRA, CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO: QUE PAPEL UMA RENDA BÁSICA PODE JOGAR NESSE PROCESSO?**. 2010. 13º Congresso da Rede Mundial de Renda Básica (BIEN 2010). Disponível em: < <http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/InclusaoFinanceiraCreditoeDesenvolvimento.pdf> >. Acesso em: Maio de 2019.

LEMOS, Marcelo Rodrigues. **Estratificação Social Na Teoria De Max Weber: Considerações Em Torno Do Tema**. Revista Iluminart. n 9. 2012. Disponível em: < https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/939564/mod_resource/content/1/weber1.pdf >. Acesso em: Junho de 2017.

MACAMBIRA, Júnior; CARLEIAL, Liana Maria da Frota. **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas**. Fortaleza : Instituto de Desenvolvimento do Trabalho. 2009. 468p.

MARQUES, Rosa Maria. **Política de transferência de renda no Brasil: a experiência do Bolsa Família**. Sociedade e Cultura. v 11. n 2. 2008. p 237-243. Disponível em : < <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile/5284/4323?journal=fchf> >. Acesso em: Maio de 2017.

MELO, Marcelo Miranda de. **O impacto do crédito no desempenho recente da economia brasileira**. 2010. Revista Ciência e Administração. Fortaleza. v. 16. n. 2. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/4756/475647698003/> >. Acesso em: Maio de 2019.

NERI, Marcelo Côrtes. **Miséria, Desigualdade e Políticas de Renda: O Real de Lula**. FGV/IBRE. Rio de Janeiro. 2007. 118p. Disponível em : < http://www.cps.fgv.br/ibrecps/RET3/RET3_ORealdoLula_Texto.pdf >. Acesso em: Maio de 2017.

OLIVEIRA, Ualace Roberto de Jesus. **Classes sociais e classes socioeconômicas: uma breve análise sobre os aspectos sócio-ocupacionais dos estratos de renda na RM de Salvador entre os anos 2003 – 2010**. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado). Economia. Universidade Federal da Bahia – UFBA.

PASQUIM, Elaine Martins. **IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS BOLSA ESCOLA, BOLSA ALIMENTAÇÃO E CARTÃO ALIMENTAÇÃO**. 2006. 105f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília – UnB, Faculdade de Ciências da Saúde, Brasília. Disponível em : < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3476/1/2006_Elaine%20Martins%20Pasquim.pdf >. Acesso: Março de 2019.

PATRIOTA, Alexandre Galvão. **Análise descritiva de alguns índices sócio-econômicos dos governos FHC e Lula**. 2011. Disponível em: < <https://www.ime.usp.br/~patriota/Comp-Gov.pdf> >. Acesso em: Junho de 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2004**. Mensagem. Lisboa. 2004. 295p. Disponível em : < <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2004-portuguese.pdf> >. Acesso em: Março de 2017.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 1997. São Paulo. Nova Cultural. 229 p.

SILVA, Arthur Simão Pereira da; SCHERER, Clauber Eduardo Marchezan; PORSSE, Alexandre Alves. **A Nova Classe C: Alterações de Consumo e seus Efeitos Regionais**. 2012. SOUEN, Jacqueline Aslan. **A Política de Valorização do Salário Mínimo e seus Determinantes no Contexto da Retomada Econômica, 2003 – 2010**. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012, Águas de Lindóia. São Paulo. Disponível em: < [http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST8\[168\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST8[168]ABEP2012.pdf) >. Acesso em: Maio de 2017.

SPERANDIO, Naiara. *et al.* **Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos: estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil**. (2015). Disponível em : < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n6/1413-8123-csc-22-06-1771.pdf> >. Acesso em : Abril de 2019.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico.** Economia e Sociedade. Campinas. v21. 2012. p909-941. Disponível em :<
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642267/9742> >. Acesso em: Junho de 2017.